

Após a publicação de “Amazonialismo”, em decorrência de inúmeros comentários, fui convencido sobre a necessidade de propor alguns ajustes ou retomar passagens que ficaram esboçadas inicialmente, mas não devidamente tratadas ao longo desse verbete, originalmente publicado no primeiro volume de *Uwa’kürü – Dicionário Analítico* (Albuquerque e Sarraf Pacheco, 2016). Tentarei fazer isso agora, mas sem a ilusão de preencher lacunas, de eliminar falhas e incompletudes ou qualquer coisa que tenha a ver com a apresentação de palavras finais, de sínteses totalizantes, de verdades e conclusões definitivas ou de cair na ilusória ingenuidade em querer apresentar um conceito que seja equivalente à realidade em si. Em minha perspectiva, conceito é conceito e não tem nenhuma equivalência com a realidade, seja ela qual for, esteja ela onde estiver.

A produção de neologismos tem a ver com a dinâmica da língua como algo vivo, em movimento, consistindo na formulação de nova palavra para designar ou conceituar algo. Não duvido que *amazonialismo* ou outros neologismos equivalentes venham sendo utilizados ou propostos por outras pesquisadoras, pesquisadores, estudiosas ou estudiosos, como é o caso do “amazonismo”, definido por José Pimenta (2015, p. 332) como “um edifício ideológico dicotômico, produzido historicamente pelo pensamento ocidental sobre a Amazônia e seus primeiros habitantes”. Ressalto, no entanto, que o neologismo por mim proposto está ligado aos processos de leituras e reflexões críticas de uma ampla quantidade de textos e imagens ou de toda uma “maquinaria discursiva” (Albuquerque Jr., 2009) que inventou a Amazônia enquanto um naturalizado recorte geográfico no mundo moderno, uma região tomada como um “fato inerte da natureza” (Said, 2007), uma coisa abstrata e metafísica que já estaria ali desde o início dos tempos.

A primeira vez que publiquei um texto, lançando mão do termo *amazonialismo*, foi em dezembro de 1997, a partir de reflexões que surgiram durante a pesquisa que realizei entre as trabalhadoras e os trabalhadores do rio Muru (1993-1995). Trata-se da apresentação que fiz a uma das edições do livro *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*, de Cláudio de Araújo Lima (1998), chamando atenção para o quanto as palavras-conceitos empregadas pelo autor em referência aos “seringueiros e demais trabalhadores da floresta,



tratando-os como desterrados, párias, degredados, condenados, escravos, heróis anônimos, entre outros adjetivos” possibilitam colocar em evidência sua abordagem *amazonialista*. Em certo sentido, minha noção de *amazonialismo* foi alimentada pelos diálogos que mantive com o antropólogo Mauro Almeida em diferentes etapas da pesquisa, escrita e defesa de minha dissertação de Mestrado (1995), publicada pela Editora da Ufac com o título *Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras* (2005).

Posteriormente, após meu contato com os textos de Edward Said, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Durval Muniz, Édouard Glissant, Frantz Fanon, Michel Foucault, Achille Mbembe, Mary Pratt, Flora Sussekind e motivado pelas perguntas e provocações que me foram dirigidas por colegas em debates durante ou após congressos e seminários, passei a (con)formar e a explicitar minha percepção sobre o *amazonialismo*. Nesse sentido, proponho um sopro ou uma desmedida (Glissant, 2005) para confrontar certas narrativas, especialmente as historiográficas e as literárias que tomam a ideia de *Amazônia* como coisa dada e transparente, como um recorte geográfico naturalizado e cercado por noções reducionistas que variam de paraíso a inferno, geralmente governadas por metáforas pautadas pela estética do vazio (de cultura e civilização), uma região exótica, distante, primitiva, selvagem, solitária, monótona, incompleta, atrasada, tradicional, sertão de águas e florestas, entre outras e outros enunciados dessa natureza repetidos em diferentes contextos histórico-culturais.

Para iniciar a discussão, transcrevo um trecho do relatório de Charles-Marie de La Condamine, um homem de ciência (física e natural) que, na primeira metade do século XVIII (1735-1745), fez parte da expedição da Real Academia de Ciências de Paris ao *novo mundo*. Uma expedição dirigida pelo matemático Louis Godin e integrada por uma significativa equipe de pesquisadores da era das viagens de exploração científica pelo continente americano. Nessa época, a geodésica (estudo das medidas terrestres), imprescindível para o avanço da cartografia, tinha obtido significativos avanços e exerceu grande contribuição para as pesquisas da expedição, que tinha dentre seus desafios a missão de investigar a forma exata da terra, em continuidade ao que havia sido iniciado por Isaac Newton, no século anterior. Além de Godin, a equipe de pesquisadores era formada por Pierre Bourguer (astrônomo), Joseph de Jussieu (naturalista e médico), Couplet (geógrafo auxiliar), Hugot (relojoeiro), Verguin (engenheiro), Morainville (técnico), Godin de Odonnais (técnico), Seniergues (cirurgião) e La Condamine.

Durante o percurso da expedição, em certa altura da viagem, La Condamine e Bourguer separaram-se do restante da comitiva e seguiram por diferentes rotas para a região do *grande rio*. Foi nesse contexto que La Condamine manteve contato com a borracha, fazendo a seguinte observação em suas memórias sobre o *caoutchouc*:

enviei à Academia, em 1736, por intermédio do falecido Sr. du Fay, pouco tempo após minha chegada a Quito, alguns rolos de uma massa escura e resinosa, conhecida nessa cidade com o nome de borracha (*cahuchuc*, segundo a ortografia espanhola). É o nome que dão a esse material os índios da província de Mainas,

entre os quais é muito conhecido e usado para fazer diversos trabalhos (La Condamine, 1992, p. 11).

O percurso da expedição e os trechos da descrição da viagem de La Condamine, acima citados, podem ser encontrados na magnífica seleção de textos, introdução e notas feitas pela professora Hélène Minguet à edição brasileira do relatório desse viajante, uma parceria da Editora Nova Fronteira com a Edusp, lançada no ano de 1992. Em todo o caso, meu interesse aqui não incide em relatar a viagem de La Condamine e seu contato com o látex da seringueira cujas sementes, 50 anos mais tarde, seriam contrabandeadas para Londres por intermédio de um botânico inglês. Meu interesse é no seguinte trecho do “Breve relatório de uma viagem pelo interior da América Meridional, desde a costa do mar do Sul até as costas do Brasil e da Guiana, descendo o rio das Amazonas” que esse viajante apresentou à Academia de Ciências de Paris, em 28 de abril de 1745:

Tomei a determinação de escolher uma rota quase ignorada, na certeza de que ninguém me invejaria; era a do rio das Amazonas, que atravessa todo o continente da América Meridional, do ocidente ao oriente, e que passa, com razão, por ser o maior rio do mundo. Propunha-me tornar essa viagem útil, levantando um mapa desse rio e recolhendo observações de todo tipo que teria oportunidade de fazer numa região tão pouco conhecida (...). Costuma-se acreditar que o primeiro europeu a reconhecer o rio das Amazonas foi Francisco de Orellana. Ele embarcou em 1539, bem perto de Quito, no rio Coca, que mais abaixo toma o nome de Napo; deste, caiu num outro maior e, deixando-se levar sem outro guia a não ser a corrente, chegou ao cabo do Norte, na costa da Guiana, após uma navegação de 1.800 léguas, segundo sua estimativa. O mesmo Orellana pereceu dez anos depois [entre 1545 a 1549], com três navios que lhe haviam sido confiados na Espanha, sem ter podido encontrar a verdadeira foz de seu rio. O encontro que diz ter tido, ao descê-lo, com algumas mulheres armadas, contra as quais um cacique indígena o aconselhara a se acautelar, fez com que o chamasse rio das Amazonas. Alguns lhe deram o nome de Orellana; mas, antes de Orellana, ele já se chamava Marañón, nome de um outro capitão espanhol. Os geógrafos que fizeram do Amazonas e do Marañón dois rios diferentes – enganados, como Laet, pela autoridade de Garcilaso e de Herrera – provavelmente ignoravam não só que os mais antigos autores espanhóis originais chamam de Marañón, desde 1513, aquele rio de que falamos, mas também que o próprio Orellana diz em seu relatório que encontrou as amazonas ao descer o Marañón, o que não pode ser contestado. Com efeito, esse nome lhe foi sempre atribuído até hoje, há mais de dois séculos, entre os espanhóis, em todo o seu curso e desde a sua nascente, no alto Peru. Entretanto, os portugueses, estabelecidos desde 1616, no Pará, cidade episcopal situada na foz mais oriental desse rio, só o conheciam lá com o nome de rio das Amazonas, e mais acima com o nome de Solimões, tendo transferido o nome de Marañón, ou Maranhão, em seu idioma, para uma cidade e uma província inteira, ou capitania, vizinha à do Pará. Usarei indiferentemente os nomes Marañón ou rio das Amazonas (La Condamine, 1992, p. 35-36).

Considero interessante destacar esta passagem do relato de La Condamine para confrontá-la com o trecho de uma outra narrativa, o Relatório Oficial sobre o rio

Purus que Euclides da Cunha encaminhou ao Barão do Rio Branco, no ano de 1905, apresentando uma interessante análise sobre as localizações geográficas de rios das chamadas últimas fronteiras amazônicas e particularmente do rio Purus. Nessa análise, Euclides da Cunha contesta formulações que considerava um retrocesso, pois de acordo com suas palavras, apesar do extraordinário trabalho de William Chandless (entre os anos 1862-66), nos mapas e cartas geográficas que ainda circulavam no início do século XX, com as delimitações/demarcações/definições dos rios da região, prevaleciam as narrativas fantásticas, “maravilhosas fantasias de cronistas e cartógrafos que se sucederam de Cristóvão d’Acuña (1639) a Guillaume de L’Isle (primeiro geógrafo da Academia de Ciências de Paris – 1703]”. Fantasias de

fabricantes de mapas que jamais colocaram os pés na região ou, em suas palavras, se “afoitaram” pelo Purus, empreenderam todo um trabalho de “falseamento”, a partir do qual “embaralhavam-se novas linhas, apagavam-se outras, retorcia-se caprichosamente o leito principal, esticava-se seu traçado até 12º ou mais, revolviam-se afluentes de uma para outra margem, alteravam-se nomes, trancavam-se embocaduras... (Cunha, 1986, p. 149-150).

Com as devidas reservas, posto que sempre devemos interrogar nossas fontes e colocá-las sob o crivo de constante problematização, a partir desses diferentes tipos de relatos é possível dimensionar um pouco não apenas das disputas pelo nome e pela dominação do *grande rio*, mas a natureza histórica, temporal, secular de sua nomeação no âmbito das tensas disputas colonizatórias pelo controle e pelo domínio dos lugares e territórios que iam surgindo como produto das próprias narrativas que os inventavam, que os davam a ver e a dizer. Mais que isso, creio ser importante assinalar a série de interrupções ou as descontinuidades inerentes à história do rio Amazonas e daquilo que na segunda metade do século XIX apareceria recortada, emoldurada ou essencializada com a denominação de região amazônica. Aqui, influenciado e parafraseando os escritos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), devo chamar a atenção para algo que tem passado ao largo de muitos estudos sobre os mundos amazônicos, ou seja, o fato de que a noção de *Amazônia* somente ganhou sustentação com o apagamento de uma multiplicidade de vidas, histórias, memórias, línguas e culturas em um processo que, longe de ser ordenado, evolutivo e linear, foi fragmentário e marcado pelo aflorar de inúmeras e dispersas práticas e discursos amazonialistas que foram amalgamados em torno do recorte histórico-político-cultural ou da palavra-conceito *Amazônia*.

Esse recorte histórico-político-cultural que fez surgir o espaço amazônico como objeto do discurso ou como uma unidade redutora que ganhou forma sob a égide de “um arquivo de imagens e textos” (Albuquerque Jr., 2009, p. 79) amazonialistas, promoveu o silenciamento e a negação da vida em sua multiplicidade para ceder lugar a essa espécie de substância, esse romantizado *pulmão do mundo*, esse objeto de “atração, fascínio, etnocídio, conquista”, lançando mão das palavras do historiador manauara Hideraldo Lima da Costa (2013, p. 25). Com base nessa premissa, é possível afirmar o quanto as narrativas de pertencimento a uma identidade amazônica (que se alimenta de um regionalismo

provinciano e sempre carente de tudo) estão impregnadas de ficções agenciadas pela estética do *amazonialismo* que instituiu a verdade sobre a região amazônica, repetindo-a e difundindo-a de inúmeras maneiras para que fosse subjetivada como a única possibilidade de conceber a realidade, independente das crenças, das posições políticas, dos lugares de fala e das pessoas que falam.

O *amazonialismo* é aqui pensado como um conjunto de narrativas que nomearam, descreveram, classificaram, desqualificaram, catalogaram, valorizaram, hierarquizaram, inventaram de forma pretensiosamente objetiva a Amazônia. Tais narrativas, amplamente difundidas, repetidas e cristalizadas, produziram subjetividades, apagaram ou silenciaram línguas, memórias, culturas e histórias outras, apagaram as multiplicidades como parte das tensões, disputas e práticas discursivas e não discursivas que em meio a inúmeras descontinuidades e cisões instituíram essa região na segunda metade do século XIX, inventando e catalogando suas gentes, seus rios, sua fauna, sua flora, seu clima, tudo submetido ao signo da unidade redutora ou da palavra-conceito *Amazônia*, que não remete a nada, apenas a ela mesma ou a um conjunto de outras palavras do mundo-outro da linguagem (Mosé, 2018).

Tais narrativas amazonialistas fabricaram a noção de cultura, de identidade, de povo, de fronteira e de espaço-tempo amazônicos com base em determinados enunciados que repetidos por diferentes pessoas físicas e jurídicas, em diferentes contextos históricos, cristalizaram ou naturalizaram a *Amazônia* como pura transparência ou como puro reflexo do real, uma totalidade homogênea que dissolve e pasteuriza de modo abstrato e autoritário as vivências, as existências, as diferenças de incontáveis seres humanos e não-humanos ou dos outros-que-humanos (Correia, Velden e Rocha, 2023.).

No espectro do *amazonialismo* está um amplo, diversificado e paradoxal arquivo que instituiu e reproduziu a definição prévia de tudo o que passou a ser nomeado ou de tudo o que passou a ser dado a ver e a dizer com o termo *Amazônia*, com todo o conjunto de imagens e metáforas que consignaram as formas e os suportes de sua invenção: a própria palavra-conceito *Amazônia* é parte dessa invenção. Trata-se, a rigor, de uma unidade imagético-discursiva que tece a realidade – *amazônica* – por intermédio de diversificadas práticas discursivas e não-discursivas. Práticas essas das quais fazem parte aquelas e aqueles que nomeiam, que organizam, que sistematizam, que descrevem, que dão inteligibilidade ou que dão forma a essa realidade, participando diretamente de sua produção (Albuquerque Jr., 2007, p. 135).

Ainda lançando mão de reflexões caras a Durval Muniz (2009), devo enfatizar que tal unidade imagético-discursiva é o reflexo da idealização de uma região do mundo tomada como um dado em si, como se ali existisse desde sempre, preexistindo às narrativas históricas que a teceram ou que a difundiram na condição de coisa da natureza, um dado natural. Uma Amazônia abstrata, idealizada como objeto do próprio discurso que a inventou e naturalizou, conferindo um paradoxal sentido lógico a habitar as mentes

dos que vivem fora e dentro dessa invenção, funcionando como uma das marcas mais profundas da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005).

Essa Amazônia, que muitos tomam ou incorporam de modo obsessivamente transparente, é resultado de práticas escriturárias (Certeau, 1982) cujos contornos ganharam forma nos percursos e percalços, nas idas e vindas, nas disputas e apaziguamentos do oitocentos, instituindo a região sob o signo do lugar vazio. Um vazio difundido de inúmeras maneiras como passaporte para que a cartografia da região fosse sonhada e essencializada enquanto um recorte geográfico e não apreendida como um recorte histórico-cultural; para que a região fosse instituída com um sentido único, abstrato e a-histórico, eficazes mecanismos para a expansão dos mercados e seus trânsitos de pessoas, mercadorias e matérias-primas norteando e legitimando a lógica devastadora do desenvolvimento, do progresso, da modernidade com todas as suas variações e desdobramentos no passado e no presente.

Os viajantes de diferentes nacionalidades, inclusive brasileiros, nomearam e deram a ver rios e florestas, seres humanos e não-humanos, línguas e culturas dos universos que seriam condensados e reduzidos a uma palavra-conceito: *Amazônia*. Uma região instituída a partir de um conjunto de imagens e metáforas repetidas e atualizadas no perpassar das missões religiosas, dos aventureiros e exploradores em busca das *drogas do sertão* e do *ouro negro* para aplacar sua sede de riquezas e poder, dos cientistas e naturalistas viajantes, dos administradores, dos cobradores de impostos, dos colonos, dos comerciantes, dos militares, dos escritores e de outros sujeitos partícipes da produção da moldura da Amazônia misteriosa, edênica, maravilhosa, selvagem, mítica, distante, desértica, vazia, entre outras. A floresta e o rio – e depois as cidades – sendo sonhadas pela cartografia da conquista, cartografia das fantasias de espaços-tempos e seres narrados sob contingências históricas marcadas pelo caos, pela violência, pela dor e por toda sorte de ilusões e descontinuidades.

Em analogia à significativa interpretação de Durval Muniz sobre a invenção da região Nordeste do Brasil, é possível dizer que, no caso da Amazônia, a partir de distintas narrativas ganhou forma a “tecelagem de um novo tecido espacial” produzindo significados, sentidos, sensações de lugares comuns nas mentes e consciências individuais e coletivas, lapidando inventividades no brotar de uma região enquanto prática discursiva, enquanto produto dos acordos e desacordos histórico-culturais de certa humanidade, uma vez que os “recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da luta social que um dia veio à tona sobre este território” (Albuquerque Jr., 2009, p. 79).

O *amazonialismo* se reveste de palavras-conceitos que procuram conferir sentido a um mundo regido por sua lógica instituinte: vazio, deserto, silêncio, distante, selvagem, sertão, bárbaro, inculto, indolente, sensual, violento, isolado, intrafegável, chuvoso, incivilizado, atrasado, lento, parado, monótono, irreal, fantástico, insalubre, infernal, entre outros, instituídos de modo paradoxal ao lado de seus aparentes opostos: paraíso,

maravilhoso, belo, salubre, eldorado, pulmão do mundo, celeiro do Brasil, sustentável. Dentre essas palavras/conceitos destaco a noção de vazio – de humanidades e de culturas (Maldonado-Torres, 2008) – que se constituiu como um dos mais poderosos esteios na invenção da Amazônia.

A questão central, presente na invenção da Amazônia é que no âmago dos escritos de intérpretes brasileiros, orientando a tecelagem da espacialidade-temporalidade amazônica, reina soberana essa ideia de vazio que salta da literatura de viagem para a narrativa historiográfica, naturalizando-se na retórica autoritária de integração e modernização amazônica sempre pautadas por modelos de intervenção que contam com o amparo de empresas nacionais e internacionais, ávidas pela exploração e mercantilização da natureza, pela mão-de-obra barata e por novos mercados consumidores. Nisso se assentou e tem se assentado as políticas de desenvolvimento regional e suas miríades mais recentes: desenvolvimento sustentável, economia verde, redução de emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal (mercado de carbono), entre outras que são reproduzidas ou reinventadas por intelectuais e por governantes locais que alimentam essa maquinaria discursiva, mas também por movimentos sociais e por milhares de pessoas que as subjetivam e naturalizam.

Classificado como um dos primeiros intérpretes da Amazônia, Euclides da Cunha (1967, p. 11) traduziu suas impressões gerais diante do Amazonas com uma terra sem história, destacando a presença de uma “monotonia inaturalável” a abreviar o olhar do observador “nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como o dos mares”. Euclides não estava sozinho na observação do vazio e sua voz ecoava outras vozes, não por acaso as vozes dos homens de ciência que o precederam e que reduziram a região a um lugar vazio, primitivo e solitário. Esses homens de ciência produziram narrativas de ciência não “como mera descrição ou representação do espaço amazônico”, mas como urdidura das próprias narrativas que deram a ver esse espaço “fabricado, construído por um discurso dual e racializador”. Espaço esse instituído por um tipo de escrita regulada “por relações de saber e poder, produzindo uma memória” e uma verdade sobre a Amazônia, seus lugares “e suas gentes” (Ishii, 2023, p. 2008).

Não por acaso, em Euclides da Cunha a noção de vazio desliza suave, estetizada, imbricada nas imagens de “águas malditas, onde fervilham os piuns sugadores, os carapanãs emissários das febres, e se espalmam, derivando à feição da correnteza insensível, os mururés boiantes, de flores violáceas recordando as grinaldas tristonhas dos enterros” (Cunha, 1967, p. 55). O *amazonialismo* de Euclides da Cunha, com toda a sua carga de ambiguidades, reordena as dimensões físicas, psicológicas e ambientais da condição do ser amazônico, inventado pela mesma maquinaria discursiva que inventou o seringueiro, o seringalista e o seringal como se brotassem da própria floresta, em sua condição de natureza. Esse ser amazônico, obsessivamente analisado pelo olhar republicano de Euclides da Cunha é o seringueiro repetitivo, rude, ignorante, ambicioso,

solitário, eterno condenado, vítima, obtuso em sua identidade imersa na “monotonia tristonha de uma existência invariável e quieta” (Cunha, 1967, p. 74).

Em Euclides da Cunha - e seus seguidores miméticos, nos deslocamentos e tecituras de sertão e sertanejo, o deserto, a solidão, a preguiça mental, o atrofiamento, a incapacidade, a barbárie, o selvagem, o atraso, a prisão, o abandono, o misticismo – e todas as suas circunstanciais antinomias – são sinônimos desse vazio e não apenas na condição de palavras neutras, mas na condição de enunciados de uma prática discursiva repetida e insistentemente atualizada a partir da fala de pessoas e, principalmente, de instituições de ciência ou de instituições governamentais e religiosas, reinventando realidades que devem ser tomadas de maneira cristalizada, como se não fossem fruto de construções mentais, conceituais, abstratas (Albuquerque Jr., 2009). Nesse diapasão, devo insistir que a Amazônia não é produto natural da floresta – que foi nomeada amazônica – e nem do rio – que foi nomeado Amazonas –, mas objeto de uma prática discursiva a partir da qual diferentes humanidades foram nomeadas como carentes de racionalidade, de culturas e de civilização ou como habitantes de um mundo triste, solitário, desértico, incompleto, distante, selvagem, vazio.

Parte substancial da produção acadêmica de colegas de universidades ditas amazônicas e muitas das obras historiográficas e literárias que circulam em torno de temas amazônicos, compartilham da noção de que a Amazônia foi descoberta como parte da expansão colonial no mundo moderno, que descobriu a América e o Brasil como componente mesmo de explicação da própria modernidade que ora é tomada como uma periodização histórica, ora como sinônimo de desenvolvimento tecnológico, progresso, civilização. A fragilidade metodológica, espécie de pecado original desse tipo de percepção é a existência de um óbvio que deixa de ser interrogado: a Amazônia, instituída como um espaço natural.

Interrogar e problematizar esse óbvio passou - e continua - a ser uma exigência para todas as pessoas dispostas a pensar e a produzir outro tipo de tradução, interpretação ou leitura sobre as coisas, os seres, os espaços que estão dados a ver e a dizer. É necessário tomar distância e recusar a simplificada relação entre palavras e coisas (Foucault, 2007); é preciso interrogar sistematicamente todo o “arquivo de imagens e enunciados” ou todo o “estoque de verdades” (Albuquerque Jr., 2009) amazonialistas que conferiram visibilidade e dizibilidade à região amazônica desde a segunda metade do século XIX; é necessário problematizar os óbvios que transitam em atmosfera de neutralidade diante de nossos olhos com narrativas que não somente passaram a representar realidades amazônicas, mas a produzir tais realidades como objetos discursivos e não-discursivos.

Finalizo sinalizando que sob as lentes do vazio os inventores da Amazônia – essa unidade redutora – perderam de vista que os rios não são meros atributos da natureza a governar as vidas, mas referenciais de existências de mulheres, crianças e homens em espaços-tempos marcados pelas múltiplas e complexas formas que o viver possibilita. Espaços-tempos esses que só podem ser reduzidos a abstrações tecidas pela linguagem com

o mascaramento e a ocultação daquilo que são, com a negação da irreduzível multiplicidade que os constitui. Os rios são práticas histórico-culturais, não meras palavras-conceitos; são correntes vivas e *habitat* de inúmeros seres humanos e não-humanos, visíveis e invisíveis; são elos que conectam e desconectam, são trânsitos de múltiplas formas de vida, culturas, línguas, trajetórias (Albuquerque, 2016). Nesse sentido, é necessário propor um incisivo debate crítico para fazer ruir as bases de sustentação dessa invenção chamada região amazônica. Um debate crítico capaz de eliminar os efeitos narcotizantes e letárgicos da subjetividade amazonialista, a começar pela constante interrogação e desnaturalização do próprio olhar e de todo o incompleto, fragmentário, residual e lacunar arquivo (Derrida, 2001) de textos e imagens que possibilitaram apreender e subjetivar a Amazônia como um dado em si, uma obra da natureza.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru (SP): Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed., São Paulo (SP): Cortez Editora, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950). São Paulo (SP): Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE, G. R. “Apresentação”. In: LIMA, C. A. **Plácido de Castro**: um caudilho contra o imperialismo. Rio Branco (AC): Fundação de Cultura do Estado do Acre, 1998, p. 7-9.
- ALBUQUERQUE, G. R. Leituras de Stuart Hall em cenários amazônicos. In: **Projeto História – Dossiê Stuart Hall**. v. 56. PUC-SP, 2016, p. 149-184.
- ALBUQUERQUE, G. R. Amazonialismo. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; SARRAF-PACHECO, Agenor. **Uwa’kürü – Dicionário Analítico**, v. 1. Rio Branco (AC): Nepan Editora, 2016, p. 73-96.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro (RJ): Forense-Universitária, 1982.
- CORREIA, H. H. S.; VELDEN, F. V.; ROCHA, H. R. **Humanos e outros-que-humanos nas narrativas amazônicas**: perspectivas literárias e antropológicas sobre saberes ecológicos, tradicionais, estéticos e críticos. São Carlos (SP): Editora De Castro, 2023.
- COSTA, H. L. **Cultura, trabalho e luta social na Amazônia**: discurso dos viajantes – século 19. Manaus (AM): Editora Valer/Fapeam, 2013.
- CUNHA, E. **À margem da história**. Lisboa (PT): Editora Lello Brasileira, 1967.
- CUNHA, E. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organizado por Leandro Tocantins. Rio de Janeiro (RJ): José Olympio Editora; Rio Branco (AC): Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, as Cultura e do Desporto do governo do Estado do Acre, 1986.
- DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro (RJ): Relume Dumará, 2001.
- DUSSEL, E. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2005.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail, 9. ed., São Paulo (SP): Martins Fontes, 2007.

- GLISSANT, É. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora (MG): Ed. UFJF, 2005.
- ISHII, R. **Narrada, imaginada, encenada e desviante**: Amazônia e discurso colonial em relatos de viajantes britânicos no século XIX. Rio Branco (AC): PPGLI/UFAC, 2023 [Tese de Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade].
- LA CONDAMINE, C-M. **Viagem pelo Amazonas**. 1735-1745. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo (SP): Edusp, 1992.
- MALDONADO-TORRES, N. "A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade". *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, março de 2008, pp. 71-114.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa (PT): Antígona, 2014.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, junho de 2017, p.1-18.
- MOSÉ, V. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2018.
- PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. São Paulo (SP): Edusc, 1999.
- QUIJANO, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". *In: LANDER, Edgardo. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005, pp. 107-130.*
- SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottman, São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1995.
- SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo (SP): Cia das Letras, 2007.
- SUSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1990.